

## Brasil à beira do precipício?

### Uma tragédia a ser evitada

Mario Cezar Silva Serpa<sup>1</sup>

Os conflitos políticos sobre a condução da pandemia do Coronavírus no Brasil são apenas um corolário do que temos visto do “novo normal” da política sob o governo Bolsonaro. Na democracia se admitem, sim, o embate de ideias e o confronto plural de posições e perspectivas, mas o que temos assistido vai além. A crise político-institucional tem minado as chances de diálogo sensato e prejudica (ou afasta) o equacionamento dos problemas emergenciais do país. O momento é muito sério

e nos faltam liderança e coesão de atitudes, como as análises e os gráficos dos cenários possíveis pretendem demonstrar.

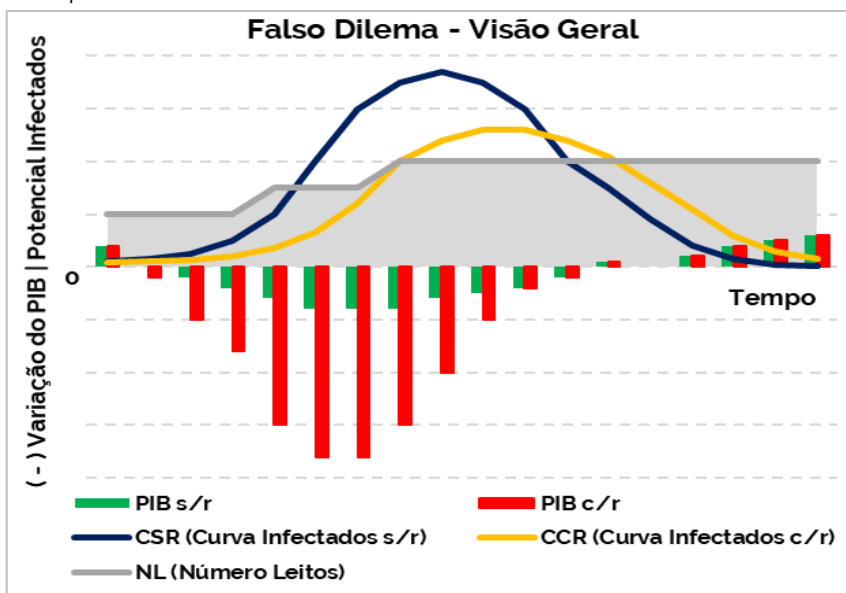
Em Artigo publicado dia 30 Março - [Covid-19 e PIB: Trade-off de vida ou morte](#), propusemos uma

alternativa de *phase-out* para a atual quarentena, necessariamente temporária, sob perspectiva moral e econômica, justamente para se estabelecer um rito formal e organizado em que se otimizassem cenários de diferentes matizes – ainda que distintos no tempo e intensidade para cada Unidade da Federação. A partir desta semana, várias contribuições de economistas alinham-se a essa diretriz e alertam, sobretudo, para os cuidados com o racional dos procedimentos e a certeza de um retorno à “normalidade” de forma confiável. Entretanto, o *timing* e os impactos precisam ser identificados, pois somente assim as políticas poderão ser eficientes.

Uma visão geral do quadro em regra facilita a compreensão e, às vezes, desmistifica e reduz a complexidade da situação, embora as decisões

permaneçam difíceis de serem tomadas. O gráfico ao lado pretende demonstrar o que tanto temos escutado e tem sido fonte das discussões recentes. As curvas, presentemente “gaussianas” mas com acentuado risco de se mostrarem senoidais, representam os potenciais infectados, sendo a azul, mais íngreme, aquela sem restrições de mobilidade, e a laranja, mais achatada, com restrições de movimentações de pessoas. A linha de cor cinza traduz nosso nível de leitos disponíveis para

tratamento de todas as doenças. Assim, para todos os casos abaixo dessa linha (área hachurada), doentes que venham exigir leitos terão chance de ser tratados. Essa a razão pela qual tanto se deseja achatar a curva de contaminados. Por outro lado, neste



mesmo gráfico na parte inferior, as barras em verde e vermelho representam o possível comportamento do PIB brasileiro (cenário base), conforme hipóteses da curva sem restrições e com restrições de mobilidade, respectivamente. O que se deduz para o primeiro momento (há divergências sobre essa premissa para o LP) é que para achatarmos a curva de infectados (reduzir a vulnerabilidade), teremos uma redução significativa da atividade econômica e, conseqüentemente, seus efeitos nefastos. Assim, para reduzirmos a quantidade de pessoas vulneráveis (sem direto a tratamento – área acima da curva cinza), impõe-se a restrição de mobilidade e com ela uma recessão adicional.

O ponto que se quer identificar, portanto, é quanto que temos de reduzir nas curvas de infectados para se

<sup>1</sup>Mario Serpa é economista e sócio da Planner Redwood Asset Management

adequar ao número de leitos (excedente de pessoas) ou como limite de possibilidade, a diferença entre as curvas azul e laranja, ou seja, a vulnerabilidade redutível. Sequencialmente, o comparativo entre os possíveis PIBs (com e sem restrição de mobilidade) realça esse *trade-off*.

O gráfico Diferença das Curvas pretende demonstrar isso, com a clara visualização de um "custo" para se salvar vidas.

O quanto custa para se salvar esse contingente (excesso de pessoas vulneráveis), não é fácil de calcular, nem parece pertinente

neste momento, mas, sim, existe uma restrição orçamentária a ser implementada em tempo certo. Tempo esse, na verdade, não muito dilatado, o que exige, portanto, planejamento. O custo, então, é o acréscimo da recessão, do desemprego, da fragilização das contas públicas etc. A representação desse custo está demonstrada no gráfico

Custo Adicional Proteção de Vidas, cuja premissa está na capacidade do Estado de gerenciar a crise (sobretudo o seu *phase-out* organizado) e promover, de forma ótima, uma recuperação mais rápida.

Obviamente, essa recuperação mais rápida não depende apenas de nossos esforços, mas, sim, de uma situação global. Uma recessão mundial está à espreita, e nossos prognósticos, ainda que melhores do que o dos países desenvolvidos, podem ser fortemente

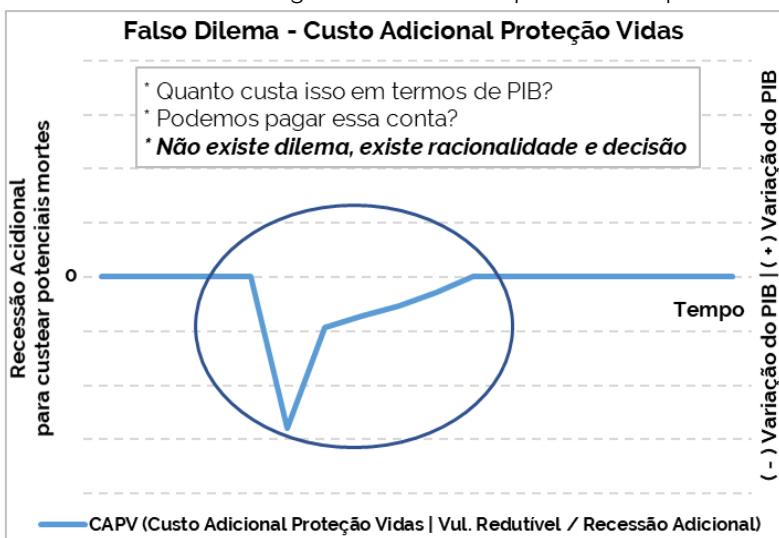
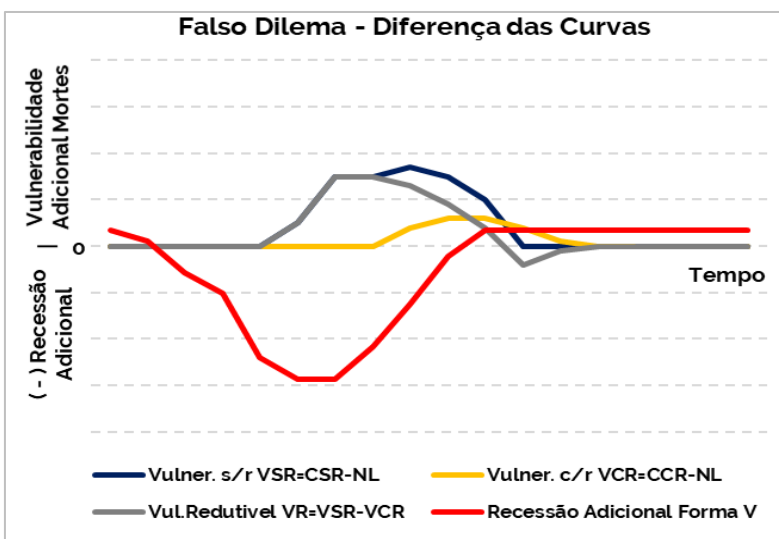
impactados. Contudo, está em nossas mãos não piorar a situação, que já se configura como uma recessão para este ano, mas com possibilidade de retorno em 12 a 18 meses – o que caracterizaria a chamada recuperação em V (ou talvez mais próxima a uma recuperação em U, com

possível maior gradualismo) – o nosso atual cenário base. Entretanto, a depender certamente do cenário externo, mas notadamente de nossas atitudes neste momento de gerenciamento e *phase-out* da crise do Covid-19, uma recuperação mais longa

(formato de L) não está descartada. Por certo, a alternativa desse cenário mais adverso, está traduzido no gráfico Diferença das Curvas V x L Forma de Recuperação, imporá seríssimas consequências, econômicas e sociais. Nessa hipótese, passaríamos de uma recessão significativa, para uma depressão sem precedentes. O que caracteriza esse

cenário mais adverso é que nele deixaremos de ter um evento específico importante (Covid-19), mas gerenciável, para transformá-lo em um problema estrutural, onde os rumos de ajuste dos grandes problemas do país serão relegados. A questão então não é

exatamente um dilema, pois com racionalidade e decisão firme temos alternativa. Obviamente que temos o dever moral de tentar salvar o máximo possível de vidas, ainda que para isso tenhamos nossas contas públicas



<sup>1</sup>Mario Serpa é economista e sócio da Planner Redwood Asset Management

"desarrumadas", mas desde que devidamente gerenciadas e identificadas as despesas realizadas. O mundo todo está gastando mais, essa é a nova realidade, e seremos também analisados, nessa perspectiva, pelos investidores. E mais, a história mostra em eventos similares, que quem cuidou de sua população teve sua recuperação econômica mais rápida. Portanto, estamos diante de um falso dilema entre escolher economia ou saúde.

Assim, a fase de transição para reabertura e recuperação da economia ganha contornos importantes, onde o *timing* e duração estimada deverão apresentar, necessariamente, procedimentos pré-determinados para sua melhor execução e resultados. A adoção dessas políticas de vigilância epidemiológica visa a mitigar os possíveis efeitos de reaparecimento do surto, colocando a perder todo o esforço despendido e desarrumando de vez a economia. O isolamento flexibilizado a partir de maio e gradualmente voltando até junho parece condizente com uma retração

econômica entre -1% a -4%, inflação abaixo da meta e taxa de desemprego média em torno de 14,5%. Essas projeções, infelizmente, são muito frágeis e de grande amplitude, dadas as incertezas envolvidas. Embora se desconheçam outros impactos (do exterior inclusive, com volatilidade de preços, condições de crédito e demanda por *commodities*) sobre o comportamento e reação da atividade econômica, admite-se nesse cenário base, a âncora fiscal que nos resta por anos à frente: o Teto dos Gastos. É o que mantém a chama acesa para acreditarmos na retomada das reformas e ajustes fiscais necessários interrompidos. No cenário mais adverso, essa perspectiva se esvai e sela o destino de uma recuperação muito mais lenta.

O futuro nos dois cenários analisados não é simplesmente uma variação de intensidade, não. O cenário base nos faz retroceder vários anos, mas o horizonte acena com viabilidade enquanto que no cenário adverso as consequências são muito mais amplas e descambam para situações de provável inquietação social. Medidas de desigualdade mostrarão isso, em especial àqueles cujos fatores produzem desigualdade econômica, revertendo muito da inclusão social alcançada, mas, sobretudo, do grande avanço que poderemos ter nessa seara com os novos rumos traçados pela atual política econômica. De um jeito ou de outro, estaremos mais unidos na pobreza, e essa situação é insustentável em um regime democrático,

abrindo espaço para toda sorte de agitação social.

A conclusão a que se chega, assim, e sem catastrofismo, mas com clareza de análise, é que podemos estar à beira do precipício. Temos, sim, um falso dilema. O que não é falso, todavia, são os aspectos políticos que envolvem a crise. Momentos de

dificuldades são propícios para se reforçar apoio e compromisso. Ou não. Importante mesmo, dentro da legalidade, é rever posições e analisar atitudes e o ambiente. Hoje somos instigados por uma ala radical, mas sobretudo muito despreparada e ignorante. Somos atormentados por fantasmas de uma oposição dilacerada e sem reação, mas que mexe com a direção do país, tornando-a fraca, ambígua e hesitante. O momento não é de ficarmos acuados, mas de união e ação.

Titubear (ou, o que é pior, deixar como está para ver como é que fica) não é uma opção! É pavimentar o caminho para o mais devastador quadro econômico, em produção e desemprego, de nossa história.

